



**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ**  
Programa de Pós-Graduação em Direito  
Mestrado em Direito

**MARCELO JUCÁ BARROS**

**JUSTIÇA DESPORTIVA E SUAS DECISÕES: ESTUDO DE CASOS**

RIO DE JANEIRO/RJ  
2016

MARCELO JUCÁ BARROS

**JUSTIÇA DESPORTIVA E SUAS DECISÕES: ESTUDO DE CASOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Duarte

RIO DE JANEIRO/RJ  
2016

MARCELO JUCÁ BARROS

JUSTIÇA DESPORTIVA E SUAS DECISÕES: ESTUDO DE CASOS

Banca examinadora da dissertação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

ORIENTADORA: \_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Fernanda Duarte

1º EXAMINADOR: \_\_\_\_\_

2º EXAMINADOR: \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de junho de 2016.

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço, primeiramente, aos meus dois maiores amores, minha esposa Sheyna Broitman e ao meu filho, Davi Broitman Jucá Barros, por terem compreendido a dedicação a este trabalho e a conseqüente redução do convívio familiar.*

*Aos meus sócios Felipe Bevilacqua e Fábio Lira, igualmente, pela compreensão e o apoio a esta etapa de minha vida; sem vocês, eu certamente não teria conseguido. São os melhores amigos e os melhores sócios que alguém poderia ter. Sou muito feliz e honrado por tê-los sempre perto.*

*Aos meus pais, Antonino e Marluce, os quais tenho muito orgulho pelo caráter e pela ética na vida profissional e pessoal, valores que eu certamente tento passar ao meu filho.*

*Ao Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ), Rubens Lopes da Costa Filho, por me apoiar em todos os passos acadêmicos, incentivando-me a produzir e a fomentar o estudo das ciências ligadas ao desporto.*

*À minha querida amiga Luciana Lopes da Costa, que, no momento mais difícil, foi quem esteve presente para combater uma grande injustiça, acreditando e buscando a verdade a qualquer custo.*

*À minha orientadora, Fernanda Duarte, por ter dado rumo a este trabalho, estando sempre disponível para me ajudar, me acalmando e incentivando.*

*Ao Professor Nilton Cesar Flores, que esteve presente na minha graduação e que, agora, tive a oportunidade de reencontrar.*

*Aos meus queridos e mais novos amigos de infância, Marcelo Moura, Ricardo Miguel e Mauricio Correa da Veiga, que se fizeram presentes nestes últimos dois anos. Nossa amizade é um verdadeiro privilégio que eu quero continuar a estimar.*

BARROS, Marcelo Jucá. **Justiça Desportiva e suas decisões: estudo de casos. 2016.** 97 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2016.

## RESUMO

As decisões tomadas pelos julgadores da Justiça Desportiva não se distanciam de como os magistrados vinculados aos tribunais que compõe o poder judiciário decidem e, por isso, dependendo da espécie de infração e do caso concreto que está sendo julgado, o auditor poderá trilhar caminhos diferentes para proferir sua decisão. A justiça está na moralidade daqueles que julgam, decidindo conforme sua consciência. Outros elementos que não relacionados ao fato e a subsunção deste ao tipo disciplinar influenciam a opinião do julgador, fazendo com que o modelo atual da Justiça Desportiva dependa da sensibilidade do julgador. Os julgamentos na Justiça Desportiva têm sofrido grande influência dos princípios do Direito Desportivo, o que coloca em risco o sistema jurídico desportivo, em razão da possibilidade de ocorrerem arbitrariedades sob o manto de suposta discricionariedade daquele que irá entregar a prestação jurisdicional desportiva. A ótica moralizante do julgador é o ponto de partida das decisões e, muitas vezes, não são respeitados os limites impostos pela interpretação da legislação disciplinar, o que deveria ocorrer, mesmo que se utilize dos princípios do direito desportivo ou de outros critérios hermenêuticos. O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar como funciona a sistemática de julgamentos nos tribunais desportivos, esperando, igualmente, influenciar a reflexão sobre o tema.

**Palavras-chave:** Justiça Desportiva; julgamentos; casos práticos; interpretação conforme a lei; hermenêutica; interpretação por princípios; discricionariedade.

BARROS, Marcelo Jucá. **Sports Justice and decisions: case studies. 2016.** 97 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2016.

### **ABSTRACT**

Decisions taken by the judges of Sports Justice not move away how the magistrates linked to the courts that make up the judiciary decide and therefore, depending on the type of violation and the case being tried, the auditor may different paths to render its decision. Justice is the morality of those who judge and decide according to their conscience. Other elements not related to the fact and the subsumption of this disciplinary type influence the opinion of the judge, making the current model of Sports Justice depends on the sensitivity of the judge. The judgments in the Sports Justice have suffered great influence of the principles of sports law, which puts at risk the sports legal system, because of the possibility of occurrence of arbitrariness under the alleged discretion mantle that it will deliver the sporty adjudication. The moralizing perspective of the judge is the starting point of decisions and often the limits imposed by the interpretation of disciplinary rules are not respected, which should occur even if you use the principles of sports law or other hermeneutic criteria. This study, therefore, is to present how the system of judgments in sports courts, hoping also to influence the debate on the subject.

**Key words:** Sports Justice; judgments; practical cases; interpretation according to law; hermeneutics; interpretation of principles; discretion.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 – DIREITO E DESPORTO .....	11
1.1 Evolução da Legislação Desportiva no Brasil.....	11
1.2 A Constitucionalização do Desporto .....	19
1.3 A Institucionalização do Ordenamento Jurídico Desportivo.....	21
1.4 O Desporto e os Princípios e as Garantias Constitucionais Fundamentais .....	22
1.5 Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais Desportivos .....	24
1.6 A Justiça Desportiva e os Destinatários da Norma.....	28
CAPÍTULO 2 – PRÁTICA DESPORTIVA. ANÁLISE DE CASOS. INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM DESPORTIVA .....	33
2.1 Infrações Relativas à Administração Desportiva e às Competições Desportivas .....	33
2.2 Infrações Relativas à Justiça Desportiva .....	53
2.3 As Práticas Discursivas nas Infrações contra a Administração da Justiça Desportiva.....	60
CAPÍTULO 3 – PRÁTICA DESPORTIVA. ANÁLISE DE CASOS. INFRAÇÕES CONTRA AS DISPUTAS DESPORTIVAS .....	64
3.1 Infrações contra a Ética Desportiva.....	64
3.2 Infrações Relativas à Disputa das Partidas, Provas ou Equivalentes .....	73
3.3 Infrações Relativas à Arbitragem .....	82
3.4 As Práticas Discursivas nas Infrações contra a Disputa Desportiva .....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	92
REFERÊNCIAS .....	96